

O noticiário internacional no jornal oficial do Estado português (1715-1716 e 1868) – uma fonte para a História das Relações Internacionais

The international news in the official newspaper of the Portuguese State (1715-1716 and 1868) – a source for the History of International Relations

Diogo Ferreira¹

Paula Marques dos Santos²

Paulo Amorim³

Resumo: Este artigo apresenta uma análise das notícias de Estados terceiros publicadas no jornal oficial do Estado português, centrando-a em dois momentos distintos que correspondem ao início e fim da publicação desse tipo de conteúdo noticioso nas suas páginas: a *Gazeta de Lisboa*, em 1715-1716, e o *Diário de Lisboa*, em 1868. Pretende-se, dessa forma, demonstrar o papel do jornal oficial português, que ao longo dos anos foi assumindo diferentes designações, enquanto repositório de notícias relativas a outros países. A análise dos conteúdos noticiosos permite identificar os temas/assuntos e os países que surgem com maior frequência em cada um desses momentos, assim como as fontes utilizadas e o estilo adotado na sua redação. Da investigação produzida, conclui-se que o jornal oficial acompanhou a evolução da imprensa periódica nas épocas consideradas, quer no tocante ao estilo de escrita, quer na preocupação com o rigor das fontes, e que, pela quantidade e diversidade de notícias do estrangeiro, se constitui como uma fonte fundamental para o estudo da História das Relações Internacionais.

Palavras-chave: *Gazeta de Lisboa*; *Diário de Lisboa*; notícias internacionais; História das Relações Internacionais; fontes periódicas.

Abstract: This article analyses the news from foreign States published in the official newspaper of the Portuguese State, addressing two distinct moments that correspond to the inaugural and final stages of this type of news in the mentioned periodical: the *Gazeta de Lisboa*, in 1715-1716, and the *Diário de Lisboa*, in 1868. The main goal is to demonstrate the role of the Portuguese official newspaper, which over the years has assumed different titles, as a repository of news relating to other countries. The analysis of news content allows us to identify both

1 CEPESE.

2 CEPESE/ESTGL.

3 CEPESE/CLIPIS-Universidade Lusíada do Porto.

the themes and States that appear most frequently in each of these moments, as well as the sources used and the style adopted in their writing. From the research produced, it can be concluded that the Portuguese official newspaper followed the evolution of the periodical press in the considered periods, regarding both the writing style and the concern with the accuracy of the sources, and that, due to the quantity and diversity of foreign news, it is a fundamental source for the study of the history of international relations.

Keywords: *Gazeta de Lisboa*; *Diário de Lisboa*; international news; History of International Relations; periodical sources.

Introdução

Este artigo apresenta as conclusões de um estudo realizado no âmbito do projeto de investigação *DIGIGOV – Diário do Governo Digital (1820-1910)*, tendo como principal objetivo a identificação e análise das notícias relativas a outros Estados publicadas naquele meio de comunicação oficial, entre agosto de 1715 e dezembro de 1716, na *Gazeta de Lisboa*, e, em 1868, no já então designado *Diário de Lisboa*, mais especificamente na rubrica «Notícias Estrangeiras».

A escolha dos anos de 1715-1716 resultou do facto da publicação da *Gazeta de Lisboa* ter tido início em 10 de agosto de 1715, embora nesse primeiro número com a denominação de *Notícias do Estado do Mundo*⁴, e de se considerar que o alargamento até ao final de 1716 permitiria uma análise mais consistente do seu conteúdo. Por sua vez, 1868 foi escolhido pelo facto de ter sido esse o último ano em que, por decisão governamental, as notícias internacionais tiveram espaço nas páginas da folha oficial, então denominada *Diário de Lisboa*.

A leitura da *Gazeta de Lisboa* publicada em 1715 e 1716 permite constatar a forte presença de notícias provenientes do exterior de Portugal. Constituindo «a parte predominante» do jornal oficial do Estado português, as notícias do estrangeiro mantiveram-se persistentemente durante mais de século e meio, exceto entre julho e outubro de 1834, período durante o qual a *Gazeta Oficial do Governo*, então assim designado, apenas publicou os atos oficiais do governo (BELO, 2004, p. 21). Com a *Gazeta de Lisboa*, Portugal passou «a dispor de um órgão de informação que põe o leitor português, até aí ignorante ou mal informado, em contacto com o grande mundo da época, por onde poderá seguir os movimentos mais variados de uma Europa em permanente transformação» (VIEIRA, 1991, p. 21), assumindo-se, então, as publicações estrangeiras como «uma importante fonte de informação para os periódicos portugueses» (SOUZA, 2017, p. 85). E assim se manteve até 1868, com a secção «Notícias Estrangeiras», no então denominado *Diário de Lisboa*.

De acordo com o decreto de 31 de outubro de 1859 ficara estipulado que caberia ao subdiretor da administração do *Diário de Lisboa* «superintender, debaixo da responsabilidade do diretor, na escolha e publicação dos documentos e notícias estrangeiras». Além do diretor e subdiretor, a folha oficial do governo integrava um secretário, um amanuense, um contínuo e dois tradutores efetivos com a função de traduzirem e transcreverem quaisquer documentos, artigos e notícias, indicando sempre a fonte original do conteúdo (*Diário de Lisboa*, 1.11.1859, p. 1).

Contudo, alguns anos mais tarde, por carta de lei de 11 de dezembro de 1868, «atendendo à conveniência de reduzir a avultada quantia que se despende com as publicações feitas por conta do Estado» e de modo a

⁴ Assumirá, entretanto, outros títulos: *Diário do Governo*, *Diário da Regência*, *Crónica Constitucional de Lisboa*, *Gazeta Oficial do Governo*, *Gazeta do Governo* e *Diário de Lisboa*.

facilitar também «a divulgação dos atos e documentos oficiais», o governo procedeu a uma reorganização do jornal oficial estatal português, começando por recuperar, desde logo, o título anterior de *Diário do Governo* e revogando o referido decreto de 31 de outubro de 1859 (*Diário de Lisboa*, 16.12.1868, p. 1). Entrando em vigor no primeiro dia do ano de 1869, a remodelação do jornal oficial passou fundamentalmente por atribuir ao *Diário do Governo* o fim único de «publicar as leis, atos e documentos oficiais», suprimindo a sua «parte não oficial» que, ao longo dos anos, entre outros assuntos, tinha vindo a publicar a rubrica «Notícias Estrangeiras», que estiveram na génese da *Gazeta de Lisboa* em 1715.

A identificação das questões/temáticas reproduzidas na folha oficial e a quantificação das notícias relativas a cada país, em cada um dos momentos selecionados, permitiu fazer uma análise comparativa das opções editoriais da *Gazeta* e do *Diário*, de forma a tentar descortinar as diferenças ou, pelo contrário, os elementos de continuidade entre os dois periódicos separados no tempo por século e meio.

Este trabalho visa igualmente dar um contributo para um melhor conhecimento da imprensa periódica em Portugal, sobre a qual, apesar da pertinência de estudos já publicados (BELO, 1997, 2004, 2005, 2018; FONTES, 2013; LISBOA, 1998; SOUSA, 2008, 2017, 2018; TENGARRINHA, 2013; VIEIRA, 2001), muito ainda há por saber, procurando demonstrar a importância do jornal oficial do Estado português enquanto fonte privilegiada para a investigação histórica, em geral, e para a História das Relações Internacionais, em particular.

As notícias estrangeiras em *Notícias do Estado do Mundo* e na *Gazeta de Lisboa* (1715-1716)

Após solicitação ao rei D. João V, por alvará régio de 29 de maio de 1715 foi concedido ao impressor António Correia de Lemos o privilégio de imprimir no jornal oficial estatal português todas as notícias que viessem do estrangeiro e que ele «mandasse traduzir no idioma português», ficando ainda decidido que mais nenhuma pessoa ou impressor «as pudesse imprimir debaixo de qualquer licença» (ANTT, *Chancelaria de D. João V*, 1. 43, fl. 219v).

Todavia, a publicação do primeiro jornal oficial do Estado português não foi logo concretizada. Apenas em 10 de agosto de 1715 surgiu o *Notícias do Estado do Mundo*, que reportava notícias sobre as principais cortes europeias, as famílias reais, as guerras, os tratados, as bulas pontificias, etc. Passados sete dias, esta publicação receberia um novo título, *Gazeta de Lisboa*, continuando as notícias estrangeiras, essencialmente políticas e militares, a ocupar a maior parte do jornal. Os textos eram traduzidos e resumidos a partir de algumas gazetas europeias e de uma vasta correspondência recebida de uma alargada rede de informadores e de correspondentes que o então redator do jornal, José Freire Monterroio, dispunha (FONTES, 2013, p. 387). Longe de ser um tradutor, este redator «seleccionava das diferentes fontes ao seu dispor, quadros expressivos das cenas políticas, diplomáticas e militares de toda a Europa que expõe ao leitor da *Gazeta*» (VIEIRA, 2001, p. 58).

A *Gazeta de Lisboa* direcionava-se sobretudo às elites, preocupadas com a evolução da conjuntura interna e internacional, não só a nível político e económico, mas também militar. Entre os seus leitores destacavam-se os militares que conseguiam, deste modo, acompanhar a evolução das campanhas militares; os diplomatas, interessados em informações sobre a evolução das negociações diplomáticas mundiais; os agentes económicos, preocupados com a segurança dos seus investimentos; e os agentes políticos, que precisavam de estar mais esclarecidos sobre a evolução política interna e externa, de forma a avaliar, de forma crítica e fundamentada, a política nacional e a sua repercussão no exterior. Finalmente, restavam todos os outros que apenas pretendiam ter conhecimento dos acontecimentos internos dos diversos Estados.

A este propósito, José Vieira sustenta que

O noticiário europeu da *Gazeta de Lisboa* pode exercer e exerceu, com certeza, um importantíssimo papel, ainda por estudar, na atualização dos conceitos político-sociais e económicos das camadas populacionais até aí privadas de uma informação regular e completa. Anteriormente, só uma medíocre percentagem de personalidades, ligadas à máquina administrativa ou diplomática da Corte, poderia beneficiar de informações válidas sobre o desenrolar dos acontecimentos além-fronteiras (VIEIRA, 1991, p. 21).

Apesar do carácter noticioso, a objetividade da *Gazeta de Lisboa* deve ser avaliada através de um crivo crítico, tendo em conta a perceção e posição política portuguesa da época relativamente às grandes questões nacionais e internacionais. Ganha relevo também o papel determinante dos seus redatores na seleção das notícias, nomeadamente do primeiro, o já referido José Freire Monterroio, responsável pela direção da *Gazeta de Lisboa* até à sua morte, em janeiro de 1760.

Esta função redatorial confirma a *Teoria do Gatekeeper*, defendida originalmente por David Manning White (1950), nomeadamente pelo poder pessoal – devidamente «moderado», quando não explicitamente censurado, pelo poder político – em decidir o que era ou não notícia, ou seja, o que era ou não publicado. Esta seleção, por sua vez, seria influenciada pelos seus juízos de valor, interesses, opiniões e pela qualidade das suas fontes. Conjugada com este paradigma do jornalismo, liga-se ainda a *Teoria do Agenda Setting*, ou seja, a definição prévia das questões a merecerem destaque numa próxima edição, por se entenderem ser as mais importantes. O redator transporta, assim, para a opinião pública a sua imagem da realidade social, influenciando opiniões e juízos de valor (MCCOMBS; SHAW, 1972).

Neste sentido, importa, assim, agrupar por Estados as 663 notícias selecionadas por José Freire Monterroio para publicação, abrangendo questões internas e externas, no primeiro período analisado (agosto de 1715-dezembro de 1716). Este primeiro patamar de análise permite verificar que os Estados com mais referências no jornal oficial, são os Estados alemães, com 200 textos noticiosos, logo seguidos da Itália com 105 e da Grã-Bretanha com 88 (Quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 – Distribuição por Estados das notícias internacionais publicadas no *Notícias do Estado do Mundo* e na *Gazeta de Lisboa* (10.8.1715-1716)

Estados Noticiados	N.º Notícias
Estados alemães	200
Itália	105
Grã-Bretanha	88
França	73
Espanha	70
Polónia	39
Países Baixos	31
Hungria	11

Estados Noticiados	N.º Notícias
Suíça	10
Dinamarca	9
Rússia	7
Suécia	7
Império Otomano	6
Prússia	4
Noruega	3

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à tipologia das principais matérias noticiadas relativas aos Estados estrangeiros, neste período resumem-se, no essencial, aos seguintes tópicos:

- quotidiano das Cortes;
- conflitos internos;
- conflitos entre Estados.

No plano interno, assumem particular destaque as novidades relativas ao quotidiano das Cortes, como as cerimónias religiosas, políticas e militares, ou mesmo o nascimento, casamento e estado de saúde de personalidades internacionais ilustres, como acontece em relação a Itália, quando se informava que «Sua Santidade se acha com tão boa disposição, que pode assistir (...) à festa do Corpo de Deus na Basílica de São Pedro» (*Gazeta de Lisboa*, 24.8.1715, p. 12), aliás, uma informação recorrente nas notícias provenientes desse país.

Aparecem ainda diversas referências a nomeações e demissões de representantes políticos internacionais. Nas notícias de França, o anúncio do *roulement* dos seus agentes diplomáticos era bastante frequente. Em agosto de 1715, informa-se que «o Marquês de Alegre faz trabalhar nas suas equipagens para passar à sua Embaixada de Inglaterra. O Marquês de Bonac, que vai render a Mons. des Aleurs na de Constantinopla, se dispõem a partir brevemente» (*Notícias do Estado do Mundo*, 10.8.1715, p. 7). Por sua vez, numa notícia referente a Espanha é publicitado que «o Conde de las Torres, Comissário Geral de Espanha fez deixação deste emprego por lhe haverem coartado algumas jurisdições dele, retirando-se desgostoso a Ávila com o pretexto de lograr pouca saúde» (*Gazeta de Lisboa*, 16.11.1715, p. 7).

Ainda neste domínio, são também abundantes as descrições de conflitos internos registados durante este primeiro período analisado, muito úteis para servirem de fonte nos estudos de crises nacionais, como, por exemplo, os vários confrontos que eclodiram nos países europeus, na sequência de movimentos independentistas e de crises dinásticas. A título de exemplo, entre agosto de 1715 e o final do ano de 1716, as notícias relativas a Inglaterra são monopolizadas pela evolução da política interna, nomeadamente pelas rebeliões provocadas pela facção que apoiava as pretensões aos tronos da Escócia e de Inglaterra, de Jaime Francisco Eduardo Stuart, conhecido como o «Pretendente», filho do monarca deposto James II, católico e reconhecido pela França como rei, em 1700. Os seus apoiantes referiam-se a ele como Jaime III de Inglaterra e VIII da Escócia. Este apoio resultou, sem sucesso, no levantamento jacobita de 1715, retratado no primeiro número das *Notícias do Estado do Mundo* da seguinte forma:

Os parciais do Príncipe Jaques, filho do Rei Jacobo II, a quem em Inglaterra dão só o título de Pretendente, se manifestaram indiscretamente com maior excesso; e o fizeram mais no dia 21 de junho, que era o da celebração dos seus anos; porque na cidade de Leeds fizeram repicar os sinos desde a madrugada até à meia-noite com muitos géneros de atentados, gritando pelas ruas, Viva Jaques III. Em Manchester também com a galhofa desta celebração cometeram muitas desordens (*Notícias do Estado do Mundo*, 10.8.1715, p. 6).

O levantamento jacobita de 1715, que, por sinal, fracassou, permitiu a confirmação da dinastia Hanôver, que se tornaria na Casa de Windsor, atualmente no poder do Reino Unido. Esta questão apenas terá fim em 1746, com a sua derrota na Batalha de Culloden, que acarretou a perda definitiva da influência católica (e do Papa) em Inglaterra, apesar de constantemente se noticiar a derrota final dos insurretos, tentando mostrar que «em toda a Grã-Bretanha se tem estabelecido já a tranquilidade pública pelo incansável cuidado de Sua Majestade» (*Gazeta de Lisboa*, 31.12.1716, p. 305).

Outro conflito que marcou o século XVIII, entre 1701 e 1714, foi a Guerra de Sucessão Espanhola, acabando por envolver vários Estados europeus, e que terminou com a Paz de Utreque e a subida ao trono espanhol do duque de Anjou, como Filipe V, dando-se assim início à dinastia de Bourbon em Espanha. Deste conflito, resultou também uma intervenção militar em Maiorca, ilha que tinha apoiado as pretensões da Casa dos Habsburgo contra o rival Filipe, duque de Anjou, e, assim, por retaliação, como relata a *Gazeta de Lisboa*: «Por ordem da Corte de Madrid chegada a 4 de junho a Barcelona se fez logo partir a Armada destinada à expedição de Maiorca, o que se executou em sete dias, sendo composta de 300 embarcações» (*Notícias do Estado do Mundo*, 10.8.1715, p. 7-8). Dado que «ao presente se entendia estar reduzida toda a Ilha à obediência de Sua Majestade Católica» (*Gazeta de Lisboa*, 17.8.1715, p. 12), transcreve-se no jornal oficial estatal português as «Condições em que convieram os comandantes das tropas dos dois partidos para a evacuação das Ilhas de Maiorca e Ibiza» (*Gazeta de Lisboa*, 31.8.1715, p. 20).

Mas não são só as grandes potências a merecerem notícia na *Gazeta de Lisboa*. A partir de 1716, encontram-se referências ao desentendimento entre os cantões suíços, situação reproduzida logo no primeiro número da *Gazeta* no ano de 1716.

O Tratado de Aliança feito entre a Coroa de França, e os Cantões católicos romanos tem posto em grande consternação, e cuidado aos Protestantes. O de Berna foi o primeiro que reparou nas consequências das condições que compreenderam cinco artigos dele, que totalmente descompõem a presente Constituição do Corpo Helvético (*Gazeta de Lisboa*, 4.1.1716, p. 1).

Por outro lado, as notícias relativas às questões externas de vários Estados surgem com um peso considerável, principalmente sobre os vários conflitos militares que estavam então a decorrer em 1715-1716, resultantes da reconfiguração de poder após a Paz de Utreque de 1715. Constituindo a temática principal das notícias do jornal oficial do Estado português, ilustram a tensão política existente na demarcação de espaços de hegemonia e as posições assumidas pelos Estados europeus. Estas guerras eclodiram simultaneamente em duas regiões geopolíticas: na própria Europa, catalisadas pelo confronto de dinastias que procuravam subverter a balança de poderes europeia; e na fronteira das terras cristãs com o muçulmano Império Otomano.

Um conflito amplamente divulgado nas notícias da *Gazeta* foi o que opôs a Rússia à Suécia – «Grande Guerra do Norte» (Pomerânia) –, sobretudo as batalhas de Stralsund e de Wismar, envolvendo também a Dinamarca, a Noruega e Saxônia-Polónia (a partir de 1715 também Prússia e Hanôver) contra o Império Sueco, entre 1700 e 1721.

Na *Gazeta* faz-se uma descrição não só dos vários combates, mas também das negociações diplomáticas desenvolvidas ao longo do conflito, como ocorre em 1715, quando se relata que:

O ministro do Rei da Prússia em Ratisbona há notificado de novo aos outros ministros, que o da Suécia não quer atender a nenhuma proposição de paz; e que assim S. Mag. Prussiana não acha já meio algum de evitar a guerra; ao mesmo tempo que ali corre a cópia de uma carta, escrita pelo Conde de Croilti, embaixador de França a Mons. de Ildigen, Ministro de Estado do Rei da Prússia em 9 de junho, em que diz, que se achava obrigado a chamar o seu secretário, que estava em Stetin, por não ver nenhuma aparência de se fazer a paz (*Gazeta de Lisboa*, 4.1.1716, p. 10).

Uma constante nos artigos publicados na *Gazeta* é, ainda, a descrição dos vários conflitos internacionais travados com os «Turcos», referindo-se, num dos seus números:

O imperador dos turcos continua os seus aprestos militares contra a Europa, que tem repartidas as suas forças em três corpos, um acampado na Província da Dalmácia contra os Montenegrinos, povos habitantes das montanhas da Albânia, nas vizinhanças do Rio Negro, os quais negando-lhe a obediência de vassallos destruíram depois alguns Baxás, que com um grosso de gente determinavam esmagá-los; outro nas fronteiras da Moreia contra a República de Veneza; e o terceiro junto a Choczim, nas vizinhanças da Polónia (*Gazeta de Lisboa*, 10.8.1715, p. 1).

Estes conflitos assumiram tamanha importância que justificou a intervenção de diversos países, como a Áustria, Rússia, Polónia, Veneza e os Estados Pontifícios, além de Portugal, a partir de 1717.

As «Notícias Estrangeiras» no *Diário de Lisboa* (1868)

A análise àquele que viria a ser o último ano em que as notícias internacionais integraram o jornal oficial do Estado português, permite verificar, desde logo, que a estruturação da secção «Notícias Estrangeiras» permaneceu praticamente inalterável ao longo de 1868. Antes de surgirem individualizadas as notícias sobre um dado Estado, publicavam-se, frequentemente, em primeiro lugar, telegramas diretos, notícias muito curtas (três/quatro linhas) relativas às principais cidades europeias, provenientes maioritariamente da Agência Telegráfica Havas Bullier & C.^a, de Paris. Depois dessas sucintas referências, a redação do jornal dava ainda conta da proveniência das notícias que havia recebido do exterior, com indicação das respetivas fontes e datas de publicação.

Por outro lado, verificou-se que em 298 edições do *Diário de Lisboa* em 1868, a última das quais em 31 de dezembro, só num dos seus números – o de 16 de março – é que não apareceu qualquer notícia na rubrica «Notícias Estrangeiras», não havendo qualquer explicação para tal ausência. Nesse dia foram apenas divulgados os telegramas diretos, apesar de se dizer que a redação havia recebido «folhas» de Madrid, Paris e Bruxelas nos dias anteriores.

A persistência da opção redatorial pela inserção de notícias do estrangeiro no jornal oficial português em 1868 estava certamente bem justificada pelo interesse que o cidadão comum tinha, nesta época, «pelo que havia de novo no país e no mundo», desejando estar a par das «novas ideias [que] se propagavam, agudizando a necessidade de informações». Tal como nos revela João Pedro Sousa, «esse constante aumento da necessidade de informações e do interesse pelo que se passava no mundo retroativamente aprofundou a necessidade social de jornais, enquanto veículos de ideias e informações, tal como promoveu o interesse pela imprensa» (SOUSA, 2017, p. 98). O mesmo autor diz-nos que, na segunda metade do século XIX, «a publicação de numerosas notícias, relativamente recentes, sobre o estrangeiro mostra, por seu turno, que estava já consolidado um verdadeiro fluxo internacional de informação» (SOUSA, 2008, p. 37).

Ocupando normalmente uma ou duas páginas das oito que tinha habitualmente o *Diário de Lisboa* – neste ano, chegaram a publicar-se algumas edições com 12 e 16 páginas –, a verdade é que, em determinadas ocasiões, as «Notícias Estrangeiras» tiveram menos espaço para publicação, abordando-se apenas factos noticiosos de dois ou três Estados. Isso acontece, sobretudo, quando havia outros assuntos a desenvolver na parte oficial ou não oficial do *Diário* – notícias estatísticas, notícias comerciais, avisos, anúncios, etc. –, não restando outra alternativa que não fosse a limitação do número de notícias sobre Estados terceiros.

Ao longo deste ano, as «Notícias Estrangeiras» deram informações sobre 49 Estados, ocupando a Espanha uma posição destacada, logo seguida da França e Inglaterra. Estes números não surpreendem, já que a proximidade geográfica aos dois primeiros países fazia com que as notícias chegassem mais facilmente a Portugal. No quadro que se segue percebe-se que quase metade das informações se referem àqueles três Estados, com 48% das notícias a serem repartidas entre Espanha (597), França (523) e Inglaterra (426). Com um número igualmente considerável de notícias surgem ainda a Áustria (287), a Itália (278), a Prússia (238), os Estados Unidos da América (153) e os Estados Pontifícios (132).

Quadro n.º 2 – Distribuição por Estados das notícias incluídas na rubrica «Notícias Estrangeiras» do *Diário de Lisboa* (1868)

Estados Noticiados	N.º Notícias	Estados Noticiados	N.º Notícias
Espanha	597	Bélgica	63
França	523	Brasil	35
Inglaterra	426	Baviera	34
Áustria	287	Grécia	31
Itália	278	Suíça	28
Prússia	238	Japão	24
EUA	153	Dinamarca	22
Estados Pontifícios	132	México	20
Rússia	84	Sérvia	20
Turquia	74	Países Baixos	20

Fonte: Elaboração própria.

Além destes 20 Estados representados no quadro anterior, tivemos ainda entradas noticiosas autónomas para outros 29, contabilizando mais 135 notícias. Desta forma, ao todo, tivemos 3224 notícias.

Os assuntos e temas noticiados vão desde as questões de política interna e externa a questões de defesa nacional, segurança e de estratégia; relatos de operações militares; questões/preocupações sociais; descrições do quotidiano vivido nos reinados; questões económico-financeiras, comerciais e profissionais, numa diversidade que importa sublinhar. Fazendo um exercício de tipificação das matérias noticiadas idêntico ao realizado para 1715-1716, em 1868 regista-se uma significativa diversificação:

- debates parlamentares e discursos políticos;
- atos eleitorais;
- composição e remodelação de governos;
- propostas legislativas;
- outras questões de política interna;
- política externa e diplomacia;
- defesa e segurança nacional;
- conflitos internos;
- conflitos internacionais;
- questões sociais, sanitárias e humanitárias;
- cerimónias oficiais;
- questões económico-financeiras, comerciais e profissionais;
- artigos de fundo, editoriais e ensaios.

Iniciando a nossa análise pelas questões do foro interno de cada Estado, são muitas as transcrições de debates ocorridos nos parlamentos e de discursos dos líderes políticos. Logo nos primeiros quatro números do *Diário de Lisboa* de 1868 foi reproduzido, na íntegra, o discurso do então presidente norte-americano, Andrew Johnson, na abertura do Congresso de Washington. Aliás, este discurso já vinha sendo publicado no *Diário* desde as últimas três edições do ano anterior. Este texto mereceu naturalmente a atenção dos órgãos de comunicação, por se viver, na época, um ambiente de recuperação nos Estados Unidos da América após a Guerra de Secessão, que terminara poucos anos antes, em 1865. Tratou-se de uma importante comunicação dirigida aos norte-americanos, na qual o presidente sustentou que, «depois de terminada a guerra civil, o primeiro interesse, o primeiro dever do Estado é evidentemente reparar os erros feitos pela guerra, e assegurar tão completamente e tão rapidamente quanto possível o benefício das lições que ela nos dá» (*Diário de Lisboa*, 28.12.1867, p. 3555).

Por sua vez, na sessão de abertura do parlamento sueco, o rei Carlos XV mostrava-se confiante em preservar a «felicidade pública», apreciando em «ver reunidos em redor da minha pessoa, para concorrerdes comigo para as providências capazes de assegurarem a felicidade do país». Fez ainda questão de assegurar que as relações do país com todas as potências estrangeiras eram «satisfatórias e amigáveis», não descurando, ainda assim, a situação política de todos os Estados europeus e o ardor que mostravam «em aumentarem as suas forças armadas», assegurando que «se impunha igualmente o dever de também organizarmos os nossos meios de defesa em conformidade com as exigências da época». Foi ainda nesta intervenção que, entre outros assuntos, o monarca sueco resolveu propor «uma mudança do estatuto constitucional, por meio da qual se estabelecerá, com outras prescrições que lhe são relativas, um novo ministério para a agricultura, indústria e trabalhos pú-

blicos», defendendo ser a forma ideal para se «conseguir uma simplificação tão necessária para os trabalhos preparatórios nas administrações inferiores» (*Diário de Lisboa*, 30.1.1868, p. 205).

Assinale-se ainda as notícias provenientes dos Estados Pontifícios, onde muitas das vezes tínhamos reproduzidos na íntegra os discursos do Papa Pio IX, em alocações pronunciadas em sessões solenes, algumas delas refletindo o estado de incerteza que se vivia na Europa a nível político-militar, apelando à esperança e a que todos se mantivessem firmes no caminho da justiça.

A realização de atos eleitorais e consequente publicação dos resultados mereceram também a cobertura da imprensa. A propósito do que se passara nos Países Baixos/Holanda relativamente às eleições gerais para a segunda câmara neerlandesa, uma correspondência de Haia revelava que os resultados oficiais da votação ocorrida em finais de janeiro de 1868 «havia sido já proclamados em todos os círculos, excetuando o de Alkmaar, de que se não conhecia ainda a escolha», informando, ainda, que dos 75 membros de que se compunha a Câmara, 62 estavam já definitivamente eleitos; tendo então o distrito de Alkmaar «de escolher 2, e 11 eleições torna[va]m necessários segundos escrutínios, que se devem verificar no dia 6 do corrente». A notícia terminava com a indicação de que «dos 75 membros já eleitos, a grande maioria pertence à antiga Câmara» (*Diário de Lisboa*, 5.2.1868, p. 246).

No mesmo número deste *Diário*, dava-se ainda conta das eleições que tiveram lugar no parlamento austríaco. Primeiro, com 47 votos em 48 possíveis, o conde Antonio Auersperg foi eleito presidente daquela assembleia parlamentar, a que se seguiu a eleição do seu vice-presidente, De Kaiserfeld. A sessão culminaria com a receção oficial da delegação do parlamento pelo imperador Francisco José I da Áustria que, depois de ouvir as palavras do conde Antonio Auersperg, se mostrou confiante de que tal delegação, «pelo zelo patriótico com que velará pela felicidade e poder da monarquia, conseguirá cumprir a sua missão constitucional de um modo rápido e satisfatório», estando convencido «de que um tal resultado dos vossos trabalhos contribuirá essencialmente para reanimar a confiança dos povos da Áustria nas novas instituições, e estes povos encontrarão na Constituição garantias ulteriores para a sua liberdade» (*Diário de Lisboa*, 5.2.1868, p. 246).

Na Suíça, por exemplo, em eleições realizadas em 8 de março de 1868, o objetivo passava por promover uma revisão da Constituição, dando-se conta de que o movimento favorável às modificações constitucionais continuava a organizar-se em muitos cantões. Se «em Neuchatel os colégios eleitorais foram convocados, a fim de se pronunciarem sobre a oportunidade da revisão do ato constitucional de 21 de dezembro de 1858», em Berna discutia-se «a questão relativa aos direitos populares», tendo-se comprometido o governo de iniciativa própria «a apresentar ao conselho um projeto de reforma cantonal ainda neste ano» (*Diário de Lisboa*, 24.3.1868, p. 577).

Refira-se, ainda, as notícias relativas à eleição do republicano Ulysses Grant como presidente dos Estados Unidos da América, sucedendo a Andrew Johnson, em inícios de novembro, um assunto que marcou as informações noticiosas da rubrica «Notícias Estrangeiras», até ao último dia de 1868. Além dos habituais resultados das votações, divulgando que o candidato republicano obtivera a vitória em 26 dos 34 Estados norte-americanos, e de outras análises do processo eleitoral, o *Diário de Lisboa*, de 19 de dezembro, dava à estampa que «à exceção do Arkansas, onde foi necessário proclamar a lei marcial, em consequência de uma tentativa recente de revolta, a eleição do general Grant fez por toda a parte perder a coragem aos descontentes, e parece que a tranquilidade tende a restabelecer-se em toda a união» (*Diário de Lisboa*, 19.12.1868, p. 2943).

Através da leitura das «Notícias Estrangeiras», além de se ficar a conhecer a composição dos governos de alguns Estados e as substituições ministeriais registadas no decurso de 1868, também era possível saber quais as propostas legislativas apresentadas pelos representantes políticos sobre as mais variadas vertentes

(educação, instrução pública, liberdade de imprensa, saúde, etc.). Logo no primeiro número do *Diário* de 1868, deu-se a informação de que o governo prussiano apresentara à Câmara Alta um projeto de lei que estabelecia o princípio da instrução obrigatória, estipulando que toda a criança entre os seis e os catorze anos deveria «receber uma instrução regular na religião, e nos conhecimentos e modo de proceder na vida civil». De acordo com este diploma legal, as pessoas que não obrigassem

as crianças que lhes pertençam, ou estejam confiadas à sua tutela, ou se achem a seu serviço a frequentar as escolas, poderão ser compelidas a isso pelas autoridades policiais. Como meio de correção poder-se-ão impor multas que se elevem até 150 réis por cada dia em que a criança não compareça na escola, podendo também conduzir obrigatoriamente as crianças à escola (*Diário de Lisboa*, 2.1.1868, p. 7).

A propósito da instrução dos cidadãos, os espanhóis mostravam-se preocupados com a falta de investimento nesta área no seu país, apontando-se Portugal como modelo a seguir numa notícia de um periódico espanhol, nomeadamente após a publicação de um regulamento para o funcionamento das escolas noturnas de adultos. Esta notícia do *La Epoca* referia que

Estes cursos [em Portugal] devem principiar em novembro e prolongar-se até ao fim de março. Deste modo aproveitar-se-á o inverno para instruir o povo, sem prejuízo dos trabalhos do campo. O ensino obrigatório abrangerá nestas escolas a leitura e a escrita, as primeiras operações de aritmética e o sistema métrico de pesos e medidas, princípios de religião e moral, exercícios de gramática, elementos de corografia e história portuguesa. [...]. Vemos com satisfação que no reino vizinho se compreende a importância de generalizar e difundir a instrução. Era o que desejávamos que se imitasse no nosso país. Lemos em um dos nossos periódicos, que nas disposições relativas à instrução primária que se preparam na respetiva direção do Ministério das Obras Públicas, parece que se fará uma grande alteração com relação ao modo de exercer a inspeção e vigilância das escolas. Ainda é preciso mais alguma coisa do que isto, ainda é necessário mais do que melhorar a inspeção e vigilância das escolas. O número destas, a sua propagação em certos pontos, os estímulos para que concorram a elas o maior número de crianças possível, tudo isto é indispensável, a fim de que desapareça o triste espetáculo que oferece à Europa o quadro de que nos ocupamos em outro lugar (*Diário de Lisboa*, 4.1.1868, p. 31).

As discussões em torno das temáticas da educação e instrução pública foram recorrentes na Europa desta época. A partir do britânico *Evening Star*, percebe-se a divergência de opiniões de dois representantes políticos sobre a questão da educação em Inglaterra. Um deles dizia que «sem instrução científica não pode o operário inglês rivalizar com os estrangeiros, e particularmente com os americanos e franceses», sustentando que o Estado «não deve contentar-se em promover o desejo da instrução», devendo «também estabelecer em todo o país as escolas necessárias». Por sua vez, o outro político desvalorizou a questão da educação, censurando «o exagero em matéria de educação» e defendendo tão simplesmente que era sim «necessário dar às crianças a instrução elementar, e o resto virá depois», julgando «que mais se deve ter em vista o progresso real e sólido» (*Diário de Lisboa*, 24.2.1868, p. 382).

A instabilidade política vivida no seio de cada Estado, com notícias de demissões e escândalos políticos (abusos de poder, corrupção, etc.), mereceu igualmente referência no *Diário de Lisboa* em 1868. Nesse sentido, registe-se um acontecimento político excepcional que teve a ver com o presidente norte-americano, Andrew Johnson. Em finais de fevereiro de 1868, houve uma tentativa de o afastar da presidência, ainda que tal propósito não tenha sido atingido, já que o líder político acabou por ser absolvido das acusações que lhe foram movidas. Este foi o primeiro *impeachment* de um presidente em exercício nos Estados Unidos da América, relatando-se a existência de uma «guerra política», uma «nova guerra que se travava entre os dois poderes» norte-americano, o democrata e o republicano (*Diário de Lisboa*, 30.3.1868, p. 610).

Numa conjuntura internacional em que os Estados mais poderosos ambicionavam superiorizar-se política, económica e estrategicamente aos demais, os periódicos nacionais referiam-se aos planos de política externa e diplomática dos seus respetivos Estados, bem como às questões de defesa e segurança nacionais que preconizavam à época. Questões a que o *Diário de Lisboa* não deixou de fazer o devido eco. Através da análise dos textos noticiosos depreende-se que os Estados maximizavam de diferentes formas as oportunidades criadas pelos sistemas interno e internacional. As disputas territoriais, as desavenças fronteiriças, os acordos celebrados entre Estados ou, pelo contrário, o corte de relações estatais, a preparação de negociações para a realização de conferências, as intenções de declarações de guerra entre Estados, o reforço do poderio militar ou desarmamento dos Estados e as nomeações diplomáticas foram alguns dos assuntos retratados na rubrica «Notícias Estrangeiras».

A nível internacional, em 1868, as relações entre a França e a Prússia não atravessavam um bom momento, falando-se mesmo num «esfriamento nas relações entre Berlim e Paris» (*Diário de Lisboa*, 2.1.1868, p. 7). Em vésperas da designada Guerra Franco-Prussiana, que teve início em 19 de julho de 1870 e que durou sensivelmente um ano, estes sintomas eram já um indício do que sucederia futuramente. Este ano de 1868 serviu para acumular a tensão existente entre os dois Estados, havendo várias notícias referentes à mobilização e movimentação das forças militares, o que preocupava sobremaneira todos os países europeus.

Diversas negociações na procura da manutenção de um equilíbrio de forças no continente marcaram este ano, com alguns jornais nacionais a sentirem necessidade de defender o seu Estado na conjuntura internacional, bem como a aconselhar prudência na condução dos destinos dos Estados. Foi o caso do *Jornal de S. Petersburgo* que, em resposta aos periódicos franceses, assumiu a defesa da Rússia, afirmando que se tratava de um Estado «grande e forte», garantindo ainda «que, do mesmo modo que a França não abriga nenhum desejo de engrandecimento», também a Rússia não queria «a extensão das suas fronteiras, mas tão-somente uma paz estável para o desenvolvimento da sua prosperidade interna». O referido periódico vai mais longe ao afirmar o seguinte:

Não tem meio algum internacional, nem reclama preponderância alguma de poder; porém ao mesmo tempo não consentirá que a arrogue para si qualquer outro Estado. O que tornasse a guerra inevitável, acrescenta concluindo, tomaria uma tremenda responsabilidade, e faria cair sobre si a execração da história. Uma guerra nas atuais circunstâncias ocasionaria grandes desgraças, sem que dela resultasse glória alguma (*Diário de Lisboa*, 31.1.1868, p. 215).

Ao longo do ano foram várias as notícias provenientes do estrangeiro dando conta de aproximações e negociações diplomáticas entre França e Prússia com outros Estados no sentido de confirmarem alianças e assinarem tratados de cooperação.

Numa outra situação, a nível diplomático, o jornal espanhol *La Epoca* realçou o papel desempenhado por Benito Juárez na resistência à ocupação francesa e na restauração da república no México em finais de 1867. O periódico informava que o estadista mexicano decidira enviar «ao congresso anglo-americano uma espécie de mensagem, na qual agradece aos Estados Unidos o terem-no ajudado a repelir a intervenção estrangeira», declarando que o México não podia «continuar as suas relações diplomáticas com os Estados europeus que não reconheceram a república» (*Diário de Lisboa*, 8.1.1868, p. 51).

Entre as diversas questões político-diplomáticas complexas abordadas na rubrica «Notícias Estrangeiras» em 1868, destaque para a chamada «Questão Romana», disputa territorial que se registou entre o governo italiano e o Papa por largos anos e que tinha a ver com a não anexação de Roma ao território italiano aquando da sua unificação em 1861. Este foi um assunto que mereceu a atenção dos Estados Unidos da América, havendo notícias de que em fevereiro de 1868 uma esquadra de navios norte-americanos estava estacionada no Mediterrâneo e nas águas de Nápoles, o que por muitos foi considerado «como desejo desta potência intervir nas questões europeias», revelando ainda a notícia que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Washington «dirigira aos seus representantes junto dos Estados europeus instruções acerca da questão romana, convidando-os a tornarem-nas patentes aos governos junto dos quais estavam acreditados» (*Diário de Lisboa*, 12.2.1868, p. 302).

Saliente-se ainda o papel desempenhado pela diplomacia francesa no Japão no início de 1868. Num «Império onde há séculos tanto sofrem os cristãos», apesar de no jornal se dizer que se crê «que a influência europeia porá termo a essas guerras de religião», o governo japonês, «receoso dos progressos do cristianismo», havia prendido alguns cristãos e sacerdotes em Nagasaki, os quais acabariam por ser «postos em liberdade, graças às enérgicas reclamações da França» (*Diário de Lisboa*, 21.1.1868, p. 151).

As rebeliões, insurreições, revoltas, golpes de Estado e conflitos militares constam igualmente da secção «Notícias Estrangeiras». Foi um ano próspero em acontecimentos de natureza bélica em várias partes do globo. Entre janeiro e fevereiro de 1868, por exemplo, a imprensa deu conta de uma rebelião no Perú, que culminou com a chegada ao poder de José Balta y Montero em detrimento do coronel Prado, que foi deposto. Pormenorizando os combates travados no início de fevereiro, com a descrição das manobras das fações em luta e o número de vítimas e feridos registados ao longo da contenda, segundo a imprensa «esta vitória do coronel Balta deu em resultado a adesão de todas as cidades do norte que ainda não se haviam pronunciado pela revolução, de modo que agora toda a república é hostil ao antigo governo» (*Diário de Lisboa*, 29.2.1868, p. 414).

Ao longo de todo o ano foram várias as notícias associadas ao Japão, na sequência da Guerra Boshin, guerra civil travada entre forças leais ao governo da família Tokugawa – que se encontrava no poder desde 1603 – e forças que eram favoráveis à restauração do poder imperial sob o imperador Meiji. Foi um processo militar bastante complexo, com diversas campanhas militares a serem explanadas nas «Notícias Estrangeiras», culminando todas as disputas na restauração Meiji. Em abril de 1868, dando conta de uma situação ocorrida aquando da repatriação de europeus do território japonês, a imprensa alertava os Estados europeus para tal conflito.

Todos os europeus estabelecidos nas cidades japonesas de Hyogo e de Osaka embarcaram a bordo dos navios da sua nação, a fim de escaparem aos perigos que corriam. Um navio francês ou americano (ignorava-se ainda a qual das duas nações pertencia) foi bombardeado pelos japoneses. Não se sabia se os agressores pertenciam ao partido do taicun ou ao dos seus inimigos. É evidente, em presença de tais factos, que a mão da Europa deve fazer-se sentir no Japão, mais energicamente do que nunca (*Diário de Lisboa*, 2.4.1868, p. 634).

As notícias provenientes de Inglaterra deram também a conhecer muitos pormenores da expedição britânica à Abissínia, atual Etiópia, que teve início no final do ano de 1867 e se prolongou até maio de 1868. Após a detenção de vários missionários e de dois representantes do governo britânico a mando do Imperador Teodoro II, as autoridades decidiram enviar uma significativa força militar para aquele território com o propósito de libertar os referidos prisioneiros. Pelo grau de dificuldade, conforme se compreende pelos relatos feitos nas notícias, esta foi uma operação bastante celebrada pelos britânicos, o que levou inclusivamente o lord chanceler, em nome de toda a Câmara dos Comuns, em sessão de 20 de julho, a agradecer ao lord Napier, comandante da expedição, pelos serviços que ele prestou na Abissínia, o qual, marcando presença naquela sessão, «em seu nome e em nome de todos os oficiais e soldados, se mostrava, em extremo penhorado por aquela demonstração da Câmara» (*Diário de Lisboa*, 1.8.1868, p. 1819).

Por sua vez, da vizinha Espanha chegavam notícias do descontentamento contra o regime monárquico da rainha Isabel II. Foi nesse contexto que, em meados de setembro de 1868, ocorreu um levantamento revolucionário em território espanhol. A Revolução de 1868, também conhecida por *La Gloriosa*, teve o seu primeiro registo na imprensa oficial estatal portuguesa da seguinte forma:

Começada no porto de Cádiz uma sublevação militar pelo brigadeiro D. Juan Topete, que arastou atrás de si as tripulações de alguns navios surtos naquele porto, depois de dois dias de sugestões e de ameaças, que foram mal-logradas perante a firmeza e lealdade da guarnição da praça, foi a revolta secundada em Sevilha pelas tropas, a cuja frente se acha o general D. Rafael Izquierdo, faltando aos seus deveres e à imensa gratidão que devia a sua majestade, a rainha (*Diário de Lisboa*, 26.9.1868, p. 2361).

A partir de então, as notícias de Espanha centraram-se, em boa parte, nesta questão, já que o governo procurou «sufocar essa insurreição militar», iniciando-se, assim, por todo o país um combate entre forças antagónicas, que seria naturalmente retratado nos periódicos espanhóis, até porque este movimento revolucionário apenas seria vencido passados seis anos.

Um outro conflito militar que teve ampla repercussão nas «Notícias Estrangeiras» no ano de 1868 foi a Guerra do Paraguai, que desde 1864 estava em marcha. Colocando Brasil, Uruguai e Argentina lado a lado contra o Paraguai, foi normal ver nesta rubrica do *Diário de Lisboa* referências noticiosas aos acontecimentos vividos em tais Estados até ao final do ano. Em finais de janeiro, por exemplo, numa notícia relativa ao Brasil, percebia-se a importância estratégica da Fortaleza de Humaitá, localizada numa das margens do Rio Paraguai, depreendendo-se que o plano dos aliados passava por tentar apoderar-se daquela fortaleza. Era dito que «se os aliados consentem ou se não podem impedir Lopez [presidente paraguaio] de sair de Humaitá com uma parte do seu exército, será muito grave, porque é então certo que Lopez continuará uma guerra de guerrilhas, que poderá prolongar-se por muito tempo» (*Diário de Lisboa*, 24.1.1868, p. 165). Considerado como um dos episódios decisivos para a vitória final dos aliados contra o Paraguai, em fevereiro de 1868 aquela fortaleza foi cercada por água pelas tropas aliadas, que a passaram a ocupar, numa importante conquista estratégica em função da sua localização.

Ao longo de um ano completo de «Notícias Estrangeiras», apura-se igualmente que havia uma grande preocupação dos Estados pelas questões sociais, sanitárias e humanitárias. No *Diário de Lisboa* de 8 de janeiro, a propósito da Prússia Oriental, era dito que se acabara de fundar em Berlim, «sob a proteção do príncipe real, uma sociedade que tem por fim fornecer trabalho no domicílio a todas as pessoas dos dois sexos, a quem a fome, que

atualmente reina na Prússia oriental, tenha colocado em necessidade» (*Diário de Lisboa*, 8.1.1868, p. 51). Uma semana depois, nova notícia mostrava as dificuldades por que passava aquele Estado e a onda de solidariedade que se havia, entretanto, criado.

Em todas as partes se têm tomado diferentes providências para suavizar a miséria da Prússia Ocidental, procurando-se assim prevenir consequências mais tristes. Todos desenvolvem a maior atividade, não somente as autoridades, mas até as associações. [...] As associações agrícolas e outras que para este fim se têm formado estabelecem manufaturas de fiação, repartem os tecidos pelos tecelões, mandam fabricar meias, etc. Nos pontos em que a miséria chegou ao extremo de ser impossível impedir, senão por meio de socorros diretos, os pobres de morrerem à fome e de frio, os proprietários, as comissões dos nobres, a associação patriótica das senhoras, distribuem alimentos e vestuário. Nas cidades e vilas principais a distribuição de sopa económica produz muito bons efeitos. Todavia, o mais importante é sempre distribuir trabalho útil. São estas exclusivamente as intenções da associação de socorros da Prússia Oriental, a qual foi fundada pelo príncipe real, e a cujas sessões o príncipe nunca falta (*Diário de Lisboa*, 16.1.1868, p. 119).

Um dia depois, um periódico francês revelava igualmente que as preocupações dos políticos estavam dominadas por um caso muito grave, «que é o receio da fome, a qual já se faz sentir na Rússia, na Prússia Oriental, na Argélia e a que ameaça também alguns outros pontos da Europa» (*Diário de Lisboa*, 17.1.1868, p. 126).

As notícias que chegavam de Marrocos também não eram as mais animadoras. Falava-se na miséria por que passavam as populações do Rife, em virtude da «escassez da colheita», fazendo com que se tivessem de deslocar para Tetuão e Tânger «uma infinidade de árabes atraídos pela esperança de ali obterem socorros». Esta «aglomeração de gente» fez com que aumentasse a miséria geral em tais localidades, «acrescendo a isto que davam origem a muitas doenças». Segundo a notícia, em ambas as cidades surgiram casos de cólera e de febre tifoide, sendo que, «logo que apareceu o flagelo, tomaram-se medidas higiênicas e os chefes das missões diplomáticas fizeram distribuir pão e dinheiro», tendo inclusivamente o representante do imperador dos franceses em Tânger estabelecido num terreno fora da cidade «uma espécie de dispensatório aonde os pobres recebem alimentos» (*Diário de Lisboa*, 24.2.1868, p. 382).

Em agosto de 1868, as notícias vindas de Espanha informavam que continuavam «os trabalhos do plano para a construção, em Madrid, de 15000 habitações destinadas às classes pobres, sem subvenção nem retribuição alguma da parte do governo» (*Diário de Lisboa*, 4.8.1868, p. 1846).

Temas relacionados com questões sanitárias foram também, por vezes, trazidos à colação pelo periódico, numa clara demonstração de que começava a haver uma maior atenção por parte das autoridades relativamente aos cuidados a ter com a saúde pública. Exemplo disso foi o que se fez em Tedjaz – antiga cidade da Turquia, atualmente pertencente à Arábia Saudita –, aonde foi enviada uma comissão sanitária, mandatada pela Conferência Sanitária Internacional, «para serem adotadas todas as providências de higiene e de precaução reclamadas pela grande aglomeração dos fieis» que todos os anos se dirigiam a Meca, procurando-se, assim, evitar que entre os peregrinos não grassasse «doença alguma contagiosa» (*Diário de Lisboa*, 24.1.1868, p. 165).

No campo da justiça social, tendo sido Portugal o primeiro Estado no mundo a abolir constitucionalmente a pena de morte, após a reforma penal de 1867, esta questão começou em 1868 a ser ponderada em vários países, entrando nos debates e discussões nacionais. Por isso, neste ano, nas «Notícias Estrangeiras», são já algumas

as referências feitas a tal assunto. Na Suíça, por exemplo, a imprensa revela que «tem sido registado e louvado o facto de em alguns cantões suíços estar abolida a pena de morte», lamentando-se, porém, que o grão-conselho do cantão de Friburgo tenha julgado necessário restabelecê-la – «de 85 votantes que havia no grão-conselho, 51 pronunciaram-se em favor do restabelecimento da pena de morte e 34 contra» (*Diário de Lisboa*, 24.2.1868, p. 381). Por sua vez, na Suécia, percebe-se que o governo deste Reino se mostrara favorável ao projeto da abolição da pena de morte, porém, «encontrou opiniões contrárias na comissão da Câmara Alta, que se pronunciou ultimamente contra ele por 8 votos contra 7» (*Diário de Lisboa*, 18.2.1868, p. 343).

O quotidiano dos responsáveis políticos estrangeiros mereceu igualmente a atenção do jornal oficial do Estado português, dando frequentemente conta de notícias de cerimónias oficiais realizadas pelos chefes de Estado, como casamentos, festas de aniversário, comemorações de nascimento de príncipes, receções aos corpos diplomáticos e até férias da realeza, como a que, em inícios de agosto, referia as férias gozadas pelos monarcas belgas em Spa. Da Rússia chegou a notícia do casamento da princesa Eugenia de Leuchtenberg com o príncipe Alexandre de Oldenburgo, matrimónio celebrado no palácio de inverno, em São Petersburgo, em 19 de janeiro de 1868. É dito que «assistiram à cerimónia suas majestades o imperador e a imperatriz da Rússia, a família imperial, os dignitários da Corte e os agentes diplomáticos das potências estrangeiras», referindo-se ainda que o barão de Talleyrand ofereceu um grande baile nas salas da embaixada da França para celebrar este casamento (*Diário de Lisboa*, 1.2.1868, p. 223).

Os funerais de monarcas, imperadores ou outros estadistas, representantes políticos, figuras reconhecidas da sociedade foram também alvo da atenção, algumas vezes, inclusive, com uma ampla descrição das cerimónias fúnebres, tal como sucedeu com o imperador do México, Maximiliano, irmão do imperador da Áustria-Hungria, Francisco José I, assassinado em junho de 1867, mas cujo funeral só teria lugar em fevereiro de 1868. A rubrica «Notícias Estrangeiras», nas edições de 15 e 17 de fevereiro de 1868 do *Diário de Lisboa*, apresenta uma longa descrição das suas exéquias fúnebres.

Questões económico-financeiras, comerciais e profissionais tiveram igualmente direito ao seu espaço na secção «Notícias Estrangeiras». Em finais de janeiro de 1868, noticiava-se que o Ministério das Obras Públicas belga fez com a Tait & C.^a, de Londres, um contrato para o estabelecimento de um serviço mensal de vapores entre Antuérpia e o Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, podendo fazer escala por Lisboa, São Vicente, Pernambuco e Baía. A nível comercial destaque para um tratado de comércio assinado entre os Estados Unidos e a China, um acordo noticiado em inícios de agosto, relativo aos emigrantes dos dois países, à navegação no rio Yang-Tsé-kiang e à adesão da China ao sistema de uniformidade das moedas, pesos e medidas.

No que respeita aos assuntos económico-financeiros, a evolução das economias de cada Estado foi um tema recorrente nas notícias, assim como as crises financeiras que iam sucedendo em determinados países, como aconteceu em Itália, transmitida da seguinte forma:

Milão, Génova, Modena e algumas outras cidades da Itália enviaram mensagens ao parlamento, aconselhando a todas as suas fações que se unam para salvar o país, procurando uma solução radical aos embarços financeiros. Julga-se que as províncias meridionais seguirão o exemplo que lhes deram as do norte e do centro, e que o parlamento poderá assim com mais liberdade aprovar novos impostos, único meio de salvar a crise financeira do país (*Diário de Lisboa*, 21.2.1868, p. 367).

Uma última referência àquelas notícias que realçavam a evolução nas indústrias e registavam os progressos técnico-profissionais em determinados países. O exemplo mais paradigmático foi o de um relato de uma visita de operários ingleses a fábricas francesas aquando da Exposição Universal de 1867. Na edição do *Diário de Lisboa* de 17 de janeiro de 1868, era mencionado que um conjunto de operários ingleses, num total de 700, visitaram 550 fábricas em França por essa ocasião; revelando ainda que «além destes estiveram em Paris mais 3200».

No parlamento britânico eram reconhecidas as «vantagens que a Inglaterra alcançou com a visita dos operários ingleses a Paris», ainda que o presidente se lamentasse por ter sido «censurado, disse ele, por ter causado ao nosso país uma despesa de 100 000 libras esterlinas», acabando, no entanto, por sustentar «que este dinheiro, quando só servisse para a visita dos nossos operários a Paris, teria sido admiravelmente aplicado», já que «viram eles os imensos progressos que têm feito os do continente em todas as artes úteis» (*Diário de Lisboa*, 17.1.1868, p. 127).

No final da secção «Notícias Estrangeiras», depois da divulgação das notícias selecionadas sobre os vários Estados, disponibilizaram-se, por vezes, extensos artigos e longas reflexões sobre determinados assuntos relacionados com alguns deles. A título de exemplo, em três edições do *Diário de Lisboa*, foi publicado um artigo intitulado *A vida política na Inglaterra* (*Diário de Lisboa*, 28.1.1868, p. 189-191; 29.1.1868, p. 197-199; 30.1.1868, p. 206-207), tendo como fonte a *Revue des Deux Mondes*, uma das mais antigas revistas europeias ainda hoje em circulação, assim como um outro artigo, da autoria do ex-primeiro-ministro francês François Guizot, com o título *A França e a Prússia responsáveis perante a Europa* (*Diário de Lisboa*, 6.11.1868, p. 2648-2651; 11.11.1868, p. 2682-2683; 13.11.1868, p. 2698), publicado também em três edições do *Diário* a partir da mesma fonte.

Outros textos foram igualmente reproduzidos, como *A Inglaterra e a vida inglesa – A marinha britânica* (*Diário de Lisboa*, 25.9.1868, p. 2351-2353; 28.9.1868, p. 2371-2372; 29.9.1868, p. 2375-2378), em três edições do *Diário*; da autoria de Octavio Sachot, *Inglaterra – O Ensino Secundário* (*Diário de Lisboa*, 29.9.1868, p. 2378-2379; 1.10.1868, p. 2394-2395; 7.10.1868, p. 2433-2434; 8.10.1868, p. 2443; 9.10.1868, p. 2450-2451), em cinco edições do jornal oficial português; e da autoria do escritor francês Alphonse Esquiros, *A Inglaterra e a vida inglesa – A vida política. A Câmara dos Lords e a igreja do Estado* (*Diário de Lisboa*, 15.10.1868, p. 2494-2496; 19.10.1868, p. 2518-2519; 20.10.1868, p. 2526-2527), em três edições do *Diário*.

Assinale-se que boa parte destes textos/reflexões tinham como fonte a já referida revista, *Revue des Deux Mondes*.

Como se pode verificar, o *Diário de Lisboa* em 1868 recorreu aos mais diversos jornais publicados no mundo, embora, a maioria proveniente de países europeus. Assim, com dez ou mais referências ao longo do ano de 1868, as fontes periódicas internacionais mais citadas foram as que se seguem.

Quadro n.º 3 – Principais jornais utilizados como fonte nas «Notícias Estrangeiras» do *Diário de Lisboa* (1868)

Jornais	N.º Notícias	Jornais	N.º Notícias
<i>La Epoca</i>	1017	<i>The Morning Post</i>	21
<i>Le Moniteur Universel</i>	408	<i>Correspondance Havas</i>	20
<i>La Correspondencia de España</i>	356	<i>Gazeta de Viena</i>	20
<i>L'Indépendance belge</i>	312	<i>Diario Oficial do Imperio do Brazil</i>	19
<i>Le Mémorial diplomatique</i>	130	<i>Sun</i>	18

Jornais	N.º Notícias	Jornais	N.º Notícias
<i>La France</i>	62	<i>The Globe</i>	17
<i>Correspondance italienne</i>	54	<i>Le Constitutionnel</i>	15
<i>Gaceta de Madrid</i>	54	<i>Daily News</i>	14
<i>La Patrie</i>	43	<i>La Iberia</i>	14
<i>Bulletin international</i>	41	<i>Morning Herald</i>	13
<i>Universal</i>	39	<i>Folha Oficial de Madrid</i>	12
<i>The Times</i>	30	<i>Imparcial</i>	12
<i>Correspondance de Berlin</i>	27	<i>International</i>	10
<i>Étandard</i>	23	<i>La Reforma</i>	10

Fonte: Elaboração própria.

A estes títulos, acrescentam-se outros 164 periódicos internacionais que serviram de fonte aos conteúdos publicados na rubrica «Notícias Estrangeiras», todos eles com menos de dez referências, contabilizando entre si mais 395 notícias. Entre esses jornais incluem-se, por exemplo, os jornais russos, *Jornal de São Petersburgo*, *Invalido Russo*, *Correspondance Russe*, *Gazeta de Moscovo*; os norte-americanos, *Chronist* (Nova Iorque), *New York Herald*, *Correio dos Estados Unidos*; os italianos, *Giornale di Napoli* e *Gazeta de Florença*; o *Moniteur de l'Algerie*; o *Courrier de Athènes*, os belgas, *Journal de Charleroi* e *Journal de Liège*; *O Independente* (Macau); *Século* (Uruguai), e o *Szapadunk* (Hungria), entre muitos outros.

Como se pode observar no Quadro n.º 3, assume particular destaque, desde logo, o jornal espanhol *La Epoca* com mais de um milhar de referências, periódico que deixou de ser publicado em 1936. Aliás, são vários os jornais espanhóis que aparecem como fonte das notícias publicadas no jornal oficial estatal português, tais como o *La Correspondencia de España* (1859-1925), a *Gaceta de Madrid*, o *La Iberia*, a *Folha Oficial de Madrid*, o *Imparcial* e o *La Reforma*.

Em segundo lugar, surge o periódico francês *Le Moniteur Universel* que, curiosamente, cessou a sua publicação no final de 1868, com 408 referências. Ainda em território francês, realce para o *Le Mémorial Diplomatique*, o *La France* (cessou a sua publicação em 1884), o *La Patrie* (1841-1937), o *Bulletin International* e o *Le Constitutionnel* (1815-1914). Saliente-se ainda a posição ocupada pelo jornal belga *L'Indépendance belge* (1831-1936); a presença dos jornais britânicos, *The Times*, *The Morning Post* (1772-1937), *Morning Herald* (1780-1869), *The Globe* (1803-1921); do jornal austríaco *Gazeta de Viena* e do jornal oficial brasileiro, *Diario oficial do imperio do Brazil*.

Destes periódicos, alguns continuam hoje em circulação. É o caso dos britânicos *The Times*, *The Daily Telegraph* e do *Evening Standard* (hoje publicado com o nome de *London Evening Standard*) e dos italianos *La Nazione* e do *L'Osservatore romano*, jornal diário da cidade do Vaticano.

Registe-se ainda que o *Diário de Lisboa*, além de recorrer a jornais generalistas, também o fazia relativamente a publicações congêneres de outros Estados. Sucedeu isso, por exemplo, com a *Folha Oficial de Madrid* e a *Gaceta de Madrid*, atualmente designado por *Boletín Oficial del Estado*; o *Le Moniteur Universel*, que passou a *Journal officiel de la République française* precisamente no final de 1868; o jornal oficial brasileiro *Diario oficial do imperio do Brazil*, precursor do *Diário Oficial da União*; e o *Gazzetta Ufficiale d'Italia*, a *Folha Oficial de Viena* e a *Folha Oficial da Sérvia*. Tal como acontecia então com o jornal oficial estatal português, estes jornais oficiais

estrangeiros apresentavam conteúdos noticiosos, não se limitando apenas à publicação de atos oficiais da administração pública, contrariamente ao que acontece hoje em dia com todos eles.

Tendo em conta o assinalável número de textos publicados na secção «Notícias Estrangeiras» do *Diário de Lisboa*, a partir do jornal espanhol *La Epoca*, importa esclarecer que as 1017 notícias não diziam respeito unicamente a Espanha, dando conta de acontecimentos ocorridos em 36 outros países, como podemos constatar no gráfico que a seguir se apresenta.

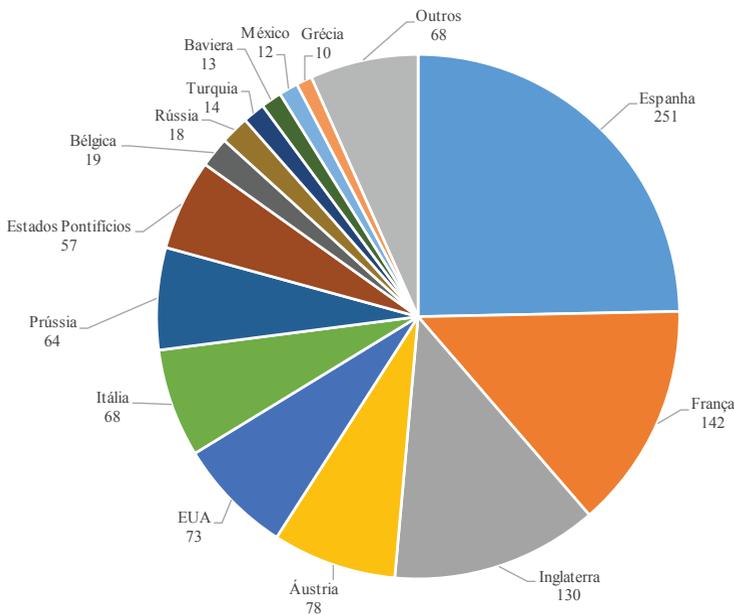


Gráfico n.º 1 – O jornal espanhol *La Epoca* como fonte de informação do *Diário de Lisboa* para notícias relativas a outros países (1868)

Fonte: Elaboração própria.

O mesmo sucedeu com o francês *Le Moniteur Universel*, que das 408 notícias em que é referido como fonte de informação no *Diário de Lisboa*, apenas 56 são relativas a França. Por sua vez, o espanhol *La Correspondencia de España* é mencionado em 356 notícias, mas apenas em 111 são sobre o seu país. O mesmo aconteceu com muitos outros periódicos, a revelar que nem sempre existia uma relação direta entre o país de publicação do periódico utilizado pelo jornal oficial estatal português e o país a que as notícias se reportavam. Curiosamente, no extremo oposto, os jornais britânicos serviram para selecionar apenas notícias do Reino Unido (*Daily News*, *The Daily Telegraph*, *Evening Standard*, *The Globe*, *Sun*); o mesmo acontecendo com outros periódicos de países com menor expressão no *Diário de Lisboa*, como *La Reforma*, *Le Constitutionnel* e *La Nazione*, etc.

Num. 2.

GAZETA DE LISBOA.

Sabbado 11. de Janeiro de 1716.

TURQUIA.

Adrianopoli 25. de Outubro.



A FELICIDADE com que as armas Otomanas abrirão as portas às suas operações, foyão occasião dos felices auspícios, com que estes Povos vencerão as mayores fortunas às emprezas do Sultão Achmet III. Todos Reyno de Morca se renderão à sua obediencia dentro em deus mezes. O Grão Vizir tomou a Napoles de Malvezia por concerto sem disparar huma só peça, fazendo conduzir a Corfu a guarnição Veneziana, & ficando escravos todos os Gregos moradores da Cidade. A de Suda se entregou com pouca resistencia, & Sana Maura, sendo huma Fortaleza da mayor importancia, se achou desmoronada. He incrível o desprezo com que se falla aqui nos Venezianos, dos quaes dizem, que obrarão, como se voluntariamente quizessem perder todas as suas Praças, & que apparentemente se perderão no anno futuro, senão puzessem melhor ordem, & applicassem mayor cuidado às suas conseqüenciação. O Capitão Bará, ou General da Armada Otomana se espera nesta Corte para fallar com o Sultão; & 15. dias depois partir na lua Companhia para Constantinopla, onde S. A. quer ir pessoalmente dar calor aos concertos, & apreltos das suas naos, & galés de guerra, para na primavera que vem, sahirem mais cedo a continuar as suas conquistas. Tambem se não pôde crer o orgulho, q̄ estes successos infundirão nos animos destes Povos. Hum official Otomano assistente em Constantinopla, ouvindo dizer que a Republica de Genova havia de ajudar a de Veneza, foy bulcar o Ministro dos Genovezes, & tirando-o de sua casa o deitou com poz, & lhe mandou que sahisse logo de Constantinopla, o que elle com effeito fez, embarcandose em 17. do corrente em huma tartana Genoveza, não se lhe consentindo que tornasse a lua casa.

ITALIA.

Napoli 5. de Novembro.

Domingo passado partirão deste porto cinco galés, comboyados do navio de guerra S. Leopoldo, com Soldados para reforçar, & mudar as guarnições das Praças Imperiaes de Toscana. Dia de S. Carlos Borromeo se celebrou com muyta magnificencia a festa deste Santo em consideração do nome de S. Mag. Imp. cantando-se por este respeito o Te Deum, a que assistio o Vice-Rey acompanhado de toda a nobreza, & se disparou toda a artilharia em repetidas salvas. As noticias de Saboya nos dizem, que aquelle Duque, & o Principe de Piemonte seu filho primogenito se achavaõ muyto doentes, mas que não obstante se havia passado ordem para que todos os officiaes das suas tropas as tenham não só completas até o primeyro do mez de Dezembro, mas augmentadas com 20. hoíens mais, tres companhias de Infantaria, & cinco montadas de Cavallo, para o que se fazem levar até seus Estados de Piemonte, & Monferrato.

Roma 16. de Novembro.

Sua Santidade voltou com boa saude a esta Cidade, do seu retiro de Castel-Gandolfo, foy recebido por toda a Nobreza Romana à porta de São João, & como era em occasião que mandou tirar hum tributo imposto sobre o azeite, ainda foy mayor o concurso do Povo, & mayores as aclamações, & os vivas. Com a lua vinda se fez logo huma Comprovação de Estado sobre varias materias, & entre outras foy huma a de armas publicas, & outras em barcações para defensão das Costas do Estado Ecclesiastico, que continuão a ser insultadas dos corsarios de Dulcio; que ultimamente apparezão huma barca que passou a Ancona, sem embargo de levar bandeira do Imperador. Todos os Ministros estrangeyros tiveram audiencia de S. Santidade, & lhe derão o parabem pela sua settimação a esta Casa. O Duque Regente de França, puz se logo a mostrar independente dos favores desta Corte, e puz deparchoções para se não comprometterem as potencias alliadas, que o Rey defuncto tinha confiado a differença dos seus Reinos della.

B

ALE.

Figura n.º 1 – Primeira página da *Gazeta de Lisboa*, de 11.1.1716.

542

O barómetro indicava 753 millímetros em Harnossand; 700 em Trieste; 704 em Marsella; 769 em Greenocande, Scarborough, Limges e Cete; 772 em Pensance, Bilbao e Madrid; 776 em Valencia; 778 na Corunha.

DIRECÇÃO DO MONTE PIO OFFICIAL

D. Maria da Conceição da Silva Carneiro requer que se lhe abone a pensão a que tem direito pelo fallecimento do seu marido o socio d'este monte pio, João Antonio Carneiro.

Quem tiver que oppor a este requerimento deduzo o seu direito por escripto perante a direcção do monte pio official no praso de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Secretaria da direcção do monte pio official, em 18 de março de 1868.—Os secretarios, Augusto Maximiano Correia Lage—Pedro Augusto de Figueiredo.

PARTE NÃO OFFICIAL

LISBOA, 18 DE MARÇO

Na Resolução de setembro de 18 do corrente mez n.º 7.137, deu-se a seguinte noticia:

Segundo uma correspondencia particular de Paris, do dia 12, de pessoa muito fidedigna, consta ter o sr. conde d'Avila feito perguntar ao governo francez como seria considerado pelo gabinete das Tuilheras o golpe d'estado que se apresenta. O mesmo correspondente dá ignora qual a resposta do governo francez.

Estamos autorisados para declarar que semelhante noticia é absolutamente falta de fundamento.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recibemos folhas de Madrid de 16 do corrente e de Paris e Bruxellas de 14.

Telegrammas publicados pela Correspondencia de España:

Paris, 14 de março, á noite.—O proprio sr. Kervegan pediu ao corpo legislativo que antecesse ao processo que pediam se intrusasse contra elle.

Confirma-se estar prompto o projecto estabelecendo os meios para socorrer Argel.

Diz-se que o principe Napoleão chegará no dia seguinte, 15, a Paris.

Washington, 13.—O senado ordenou ao presidente Johnson que respondesse ás accusações que lhe fazem, antes de 23 do mez corrente.

As forças de Juarez foram derrotadas pelos insurgentes em Yucatan.

Telegrammas publicados pela Independance belgee.

Paris, 12 de março.—Na sessão de hoje da camera dos deputados, o sr. Julio Simon mandou para a mesa uma nota de interpellação sobre a applicação das leis relativas ás eleições dos *peud'hommes*. Annahiñ hilo de as secções examinar as propostas para ser processado o sr. de Kervegan.

Londres, 12.—Continua na camera dos commons a discussão sobre a Irlanda.

O sr. Horsman disse que o programma do sr. Mayo é inação no que respecta á propriedade agricola; demora no que é relativo á igreja, e atrezo pelo que diz respeito á educação. E inadmissivel o estabelecimento de uma universidade catholica.

O sr. Lowe oppõe-se aos projectos do sr. Mill e ao estabelecimento de uma universidade catholica.

O sr. Mill defende os seus projectos e pede a abolição da igreja protestante estabelecida na Irlanda; oppõe-se ao estabelecimento de uma universidade catholica.

O sr. Harly condemna as theorias revolucionarias e impraticaveis do sr. Mill, e declara que os sr. Maguire e Horsman não propozeram remedio algum.

A discussão demonstra que ninguém está de accordo sobre os males da Irlanda e sobre os remedios que lhe devem ser applicados.

Encerrou-se a sessão e a discussão continua amanhã.

LE-se na Epoca: HESPAÑA

«No dia 14, ás quatro horas da tarde, sua magestade a rainha, acompanhada pelo primeiro secretario d'estado e dos outros funcionarios da casa real digno-se receber em audiencia particular o sr. visconde de Alte, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade fideiissima n'esta corte.

«Previamente annunciado pelo primeiro introductor de embaixadores, o sr. visconde de Alte, depondo nas regias mãos as suas credenciaes, dirigiu a sua magestade o seguinte discurso:

«Senhora.—Tenho a honra de entregar nas regias mãos de vossa magestade a carta, pela qual el-rei meu augusto soberano me accedia, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, junto de vossa magestade.

«N'esta solemnidade occasião, o meu primeiro dever é exprimir em nome de el-rei os sentimentos de sincera amizade, de que se acha comprehendido pela augusta pessoa de vossa magestade, assim como os ardentes votos que faz pela felicidade de vossa magestade, pela de el-rei, e pela prosperidade de todo a familia real, e pela prosperidade da sobre nação hespanhola, que a Providencia confiou á suprema solicitude de vossa magestade.

«Sua magestade el-rei especialmente me recommendou que procure estreitar, ainda mais, se é possível, por todos os meios, as intimas e cordiaes relações de amizade e boa vizinhança, que felizmente existem entre as duas coroas e os dois povos irmãos, os quaes, concedendo os seus verdadeiros interesses e respeitando a sua reciproca independencia, saberão tornar solidos vinculos tão salutaris. Ainda eha pouco, as espontaneas demonstrações de veneração e respeito, com que vossa magestade foi recebida em Portugal, assim como as que sua magestade fideiissima recebeu em Hespanha, evidentemente demonstraram que as duas nações da Peninsula abrigam os mesmos sentimentos.

«A honrosa missão, que o meu augusto soberano me confiou de o representar junto de vossa magestade, satisfazendo completamente a minha ambigão, outra coisa me não deicba eha de desajar, senão que vossa magestade se digne conceder-me a regia benevolencia, com que já fez a honra de me favorecer; todo o meu empenho será tornar-me digno d'ella e merecer a confiança do governo de vossa magestade.»

E sua magestade a rainha dignou-se responder: «Senhor visconde.—Agradeço vivamente os sentimentos de amizade, que em nome do vosso augusto soberano se deicba de manifestar-me, assim como a expressão dos seus votos pela minha felicidade, pela de el-rei, pela da minha real familia e pela prosperidade da Hespanha. Sentimentos e votos inteiramente analogos aos que me inspiram suas magestades fideiissimas, a sua real familia e o sobre povo portuguez.»

«Extremamente tenho a peito reboatear cada dia mais ás relações de amizade e de boa harmonia, que felizmente existam entre as nossas duas coroas e entre as duas nações vizinhas e irmãos, cuja reciproca independencia continue a solidéz e sinceridade d'estas relações.

«No meu coração conservo a grata recordação das demonstrações entusiasticas e mutuas de que tanto me honro e o vosso soberano fuzo objecto em um e outro reino, no occasio a que alludiste, porque são ellas uma evidente prova do apreço que reciprocamente professam os dois povos.

«Encanto a vós, sr. visconde, peido comtudo a minha benevolencia, e com a confiança do meu governo esse desempenho da missão com que vos honro o vosso augusto soberano.»

«Depois d'isto o sr. visconde de Alte apresentou a sua magestade el-rei a homenagem das suas regias mãos.

—A mesma folha tambem escreevêr n'um dos seus numeros anteriores as seguintes linhas em relação ao sr. visconde de Alte:

«Chegou a Madrid, e foi alojaz-se no hotel de Paris, o visconde de Alte, nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de sua magestade o rei de Portugal junto da corte de Hespanha. O visconde de Alte represento o seu paiz em Roma durante muitos annos. Temos a certeza de que o novo representante da nação portugueza ganhará dentro em pouco, em Madrid, as sympathias que soube grangear na capital do mundo catholico.

«Muito estimamosos ver sobre contrahidas as noticias que, de Madrid, se participaram ao *Espectador*, periódico de Bilbau: «Considera-se como certo que o Poré e o Chili ajustarão dentro em pouco a paz com a Hespanha. É possível que brevemente cheguem a Madrid os commissarios d'aquellas republicas para assignarem o tratado da paz, e conciliarem outro sobre o commercio, que assure todas as vantagens que devemos ter n'aquellas terras, habitadas por filhos de Hespanha.»

«O periodico *Las provincias*, de Valencia, combatendo a modista que o governo de Hespanha acaba de tomar, prohibindo a exportação de cereaes, diz que a liberdade de importa-los e exportá-los, liberalidade completa de compra e venda, é esse o melhor e o unico remedio em circumstancias normaes e anormaes, tanto em tempos de abundancia, como em tempos de escassez; a melhor providencia que os governos podem tomar n'estes assumptos, consistindo d'isto eha de se consentir que operem livremente as harmonias legais que regem o mundo economico.

FRANÇA

LE-se na Epoca, folha de Madrid.

«Além do acampamento militar de Chalons, para onde irão, em maio do presente anno, quatro divisões do exercito francez, estabelecer-se-ha outro acampamento no sul do imperio, junto de Bagneres de Bigorre. O marechal Bazaine commandará as forças acampadas em Chalons, e as do acampamento do sul serão commandadas pelo tenente general Goyon. Os outros regimentos fuzão os suas manobras com a nova espingarda de agulha, ou ao acampamento permanente, junto de Lyon, em nos exercicios que se preparam em Strasburgo e Metz.»

«O nosso correspondente de Paris participa-nos que no dia 9 devia ter ficado definitivamente votada a nova lei de impressos. A que se estabelece o direito de remitto devia ser discutida logo em seguida.»

ITALIA

As relações entre a Italia e a Austria são hoje tão cordiaes, que se diz que o principe Humberto, depois do seu casamento, irá com a princesa Margarida a Praga e a Vienna, a fim de visitar as familias de Austria e Saxonia, apresentadas com ambos os principes. (La Epoca.)

ESTADOS PONTIFICIOS

No dia 16 do corrente devia verificar-se, segundo disse já o telegrapho, o consistorio secreto em que o santo padre proferiu uma a das numerosas vagas que, ha algum tempo, existem no sacro collegio.

O numero dos prelados que receberam a purpura no referido dia era de nove; e sabor: monsenhor Luciano Borromeo; monsenhor Ferriari, nuncio apostolico em Lisboa; monsenhor Barilli, nuncio em Madrid; monsenhor Moreno, archiepo de Valladolid; monsenhor Gonella, bispo de Viarcho; monsenhor Borromeo Arce, mordomo de sua santidade; monsenhor Berardi, sub-secretario d'estado; monsenhor Capati, secretario da congregação da propagação; e monsenhor Monaco, assessor da congregação da inquisição romana e universal.

Ficam ainda dous capellos disponiveis, que o santo padre se reserva para conferir no consistorio que, segundo o costume, se celebrará por occasio da festa de S. Pedro, e no qual receberão a purpura monsenhor Chigi e monsenhor Falcinelli, que, por considerações politicas, continuão encarregados da direcção das nunciaturas apostolicas em Paris e em Vienna, posto que a elevação, tanto de um como de outro, ao cardinalato, se ache desde muito tempo reservada á pastor.

O novo cardinal Luciano Bonaparte permanecerá em Roma, e será considerado como cardinal romano. A França, que, como a Austria, tem direito de apresentar ao santo padre seis cardaes da corte, apresentou o archiepo de Paris para preencher a vaga do archiepo de Retus, e o padre fíra de dauida que no proximo junho será elevado á purpura. (La Epoca.)

Dizem de Roma que acaba de celebrar-se o casamento do principe Alfonso, conde de Caserta e filho do Francisco II, com a princesa Maria Antonietta, filha do principe Francisco de Paula, conde de Trapani.

(L'Independance belgee.)

GRECIA

As noticias de Athenas alcançam a 27 de fevereiro:

A *Independencia hellenica* diz que o numero de candidaturas aos congressos religiosos na Grecia se elevava a 10.000.

A commissão central de socorros havia dirigido uma circular a todos os soberanos da Europa, quaes respectivas legações tinham prometido apoiar, injunctando a sua caridade em favor das emigradas refugiadas. Affirma-se que o summo pontifice respondeu aquella circular, enviando a quantia de 3.000 francos.

Um numero de pessoas, que esperam serem transportadas em navios para a ilha de Oreta, eleva-se a 2.000.

O periodico que a commissão cretense publica, afirma que o sultão mandára prender em Heracion os turcos de quem se descobriera que andavam projectando outra mortandade de christos. (La Correspondencia de España.)

BELGICA

A camera dos representantes, em sessão de 11 do corrente, encetou a discussão geral dos projectos de lei relativos aos contingentes do exercito para o anno de 1869. A repartição d'este contingente de 12.000 homens, em contingente activo de 11.000 homens, e em contingente de reserva de 1.000 homens, e a duração do servico dos milicias.

Depois de um discurso do sr. Bouvier, que julgou necessario fazer sentir á camera que votaria as propostas do governo, e que esperava, sem duvida, citando algumas phrases do discurso do sr. Dumortier, avivar a impressão produzida na assembléa por este illustre mozo; o ministro da guerra tomou a palavra para fazer sentir a necessidade das providencias que constituem o assumpto das suas propostas, e para declarar que, reduzido o contingente a 12.000 homens e o tempo de servico a vinte e sete mezes, chegaria elle ao limite extremo, ao maximo das concessões possiveis.

O illustre ministro acrescentou que se fossem ultrapassadas aquellas concessões, não poderia elle aceitar a responsabilidade da situação. Tendo-lhe então perguntado o sr. Comans se fallava em nome do governo, o general Renard limitou-se a responder que fallava em seu nome pessoal; porém o ministro da fazenda, interviendo immediatamente, associou-se á declaração do seu collega, em nome do governo.

Era pois mais ou menos torto implicitamente isto n'uma questão de gabinete.

O sr. Kervin de Lettenhovez refutou as considerações que, na opinião do governo, militam em favor do contingente annual de 12.000 homens. O illustre representante de Ecoloo aproveitou o ensejo para repetir as considerações que fizera na discussão geral do projecto da organisação militar. As cinco horas disse elle aos seus collegas que ainda teria de fallar durante tres quartas de hora. A camera adiou a discussão para o dia seguinte. (L'Independance belgee.)

AUSTRIA

Na sessão de hontem a delegação do parlamento austriaco approvou a verba de 996.000 florins, que o ministro da guerra pediu para fortificoes. A commissão tinha projecto reduzir uma terça parte d'esta quantia.

O ministro, agradecendo este voto de confiança, declarou que o exercito austriaco defender a constituição se alguma vez fosse assediada.

A discussão do orçamento do ministerio dos negocios estrangeiros no seio da delegação húngara prooou pedidações relativas á politica externa do gabinete imperial. Os commissarios do governo declararam que esta politica não é hostil nem á Italia nem a outra qualquer potencia, e que não tem por norma de proceder senão os interesses dos povos do imperio e a manutenção da paz. (L'Independance belgee.)

INGLATERRA

A rainha Victoria e o principe de Galles tencionam visitar a Irlanda e examinar o estado do paiz. No entanto o

Figura n.º 2 — «Notícias Estrangeiras» publicadas no *Diário de Lisboa*, de 19.3.1868.

Fonte: DIGIGOV — Diário do Governo Digital

Conclusões

Este estudo permitiu fazer uma análise crítica das notícias internacionais publicadas no jornal oficial estatal português em dois momentos distintos, um situado entre agosto de 1715 e o final do ano de 1716 (*Gazeta de Lisboa*), e outro em 1868 (*Diário de Lisboa*). Com um século e meio de distanciamento entre eles, a análise comparativa permite perceber que sobressaem mais as disparidades do que os elementos de continuidade quanto à reprodução de tais notícias.

A periodicidade da *Gazeta de Lisboa* era semanal, tendo sido publicadas 74 edições entre 10 de agosto de 1715 e 31 de dezembro de 1716. Por sua vez, ao longo do ano de 1868, o *Diário de Lisboa* teve 298 edições, um número claramente superior ao da *Gazeta de Lisboa*, por se tratar de um diário, sem publicação aos domingos, Terça-feira de Carnaval, Quinta-feira de Endoenças, Sexta-Feira Santa, Corpo de Deus e dia de Natal. Em resultado da considerável desigualdade entre o número de edições dos dois periódicos, quase quintuplicou o número de notícias estrangeiras por país publicadas no *Diário de Lisboa* (3224 referências) comparativamente aos 663 textos noticiosos de Estados terceiros difundidos na *Gazeta de Lisboa*.

Este crescimento deve-se também à evolução do sistema internacional, mormente à emergência de numerosos Estados no período que decorreu entre 1715-1716 e 1868 – relembre-se que no início do século XVIII não existia ainda qualquer Estado independente nas Américas, África e Oceânia. Não admira, como tal, que enquanto em 1715-1716 foram apenas quinze os Estados sobre os quais a *Gazeta* deu notícias, todos eles europeus, com exceção do Império Otomano, em 1868, no *Diário de Lisboa*, mais do que triplicou esse número, subindo a 49, abrangendo países da América do Norte, Central e do Sul, África e Ásia.

Estes números refletem ainda uma outra realidade. Segundo José Tengarrinha, se no período anterior ao último quartel do século XVIII «as notícias levavam, normalmente, 75 dias a chegar de Nova Iorque, 37 dias de Roma, 35 dias de Antuérpia, 22 dias de Londres (com muita irregularidade no inverno), 21 de Paris e 9 dias de Madrid», antes disso, em 1715, demorariam, naturalmente, ainda mais tempo. Apesar dos contactos privilegiados do redator da *Gazeta de Lisboa*, José Freire Monterroio, a verdade é que, só a partir de meados da década de 1850, com a construção em Portugal das primeiras linhas do telégrafo, estavam criadas as condições para uma maior «facilidade de ligação no espaço nacional com o estrangeiro» (TENGARRINHA, 2013, p. 870-871), começando a surgir no *Diário de Lisboa* um maior número de notícias estrangeiras sobre um conjunto ainda mais alargado de Estados. Esta evolução técnica concorreu, ao mesmo tempo, para uma maior atualidade dos conteúdos publicados, verificando-se que, em 1868, os artigos se publicavam na secção «Notícias Estrangeiras» poucos dias após a chegada da notícia à redação do *Diário de Lisboa*, quase nunca ultrapassando os dez dias, ao contrário do que sucedia em 1715-1716, época em que era notória a desatualização da informação noticiada.

No que diz respeito às fontes utilizadas pela folha oficial portuguesa para a publicação das notícias internacionais, registam-se algumas diferenças. Se em 1715-1716, apenas pontualmente se referenciava a fonte na notícia – regra geral, documentos diplomáticos («Carta da Corte de...»), gazetas europeias (que José Freire Monterroio resumia e traduzia), correspondência diversa ou outras de origem mais duvidosa, o que levava o redator a analisar exaustivamente as notícias, a confrontar testemunhos diferentes e a fazer uma triagem das mesmas (FONTES, 2013, p. 58-60) –, em 1868, no *Diário de Lisboa*, as notícias do estrangeiro são transcrições nas quais, com raríssimas exceções, se identifica o título da fonte periódica de onde são retiradas.

Verifica-se assim, que a forma como as notícias estrangeiras foram trabalhadas e dadas a conhecer ao público nos dois momentos em análise são igualmente distintas. Na *Gazeta de Lisboa*, a intervenção do redator nas notícias é muito vincada, confundindo-se o que são factos com o que é a sua opinião pessoal (*Teoria do Gatekeeper* e *Teoria do Agenda Setting*); pelo contrário, mais de século e meio depois, em 1868, no *Diário de Lisboa*, a linguagem utilizada é mais jornalística, aparentando critérios de objetividade e rigor mais definidos, assente em transcrições, para o que muito contribuiu, além da evolução do jornalismo em geral, a proibição da publicação no jornal oficial de artigos doutrinários e editoriais em 1849, na sequência da polémica que envolveu redator Vilhena Barbosa, depois de este ter criticado o parlamento nacional⁵, e a decisão da contratação de dois tradutores pelo decreto de 31 de outubro de 1859.

Por último, em relação aos temas/assuntos abordados nas notícias do estrangeiro, verifica-se alguma coincidência entre os que merecem a atenção da imprensa oficial em 1715-1716 e em 1868, nomeadamente, no que concerne à descrição das cerimónias de relevância protocolar, conflitos políticos internos e consequente instabilidade, e as tensões político-diplomáticas e militares existentes em determinadas regiões do mundo, com relatos das campanhas militares e a descrição pormenorizada das manobras militares. Neste particular, em 1868, acresce o registo de rebeliões, insurreições, revoltas e golpes de Estado, por força de um sistema internacional que então não só apresenta um número superior de Estados, como também de territórios que lutavam por esse estatuto, comparativamente a 1715-1716. Porém, em 1868, no cômputo geral, tais notícias acabam por assumir menor destaque face à pluralidade de conteúdos noticiosos publicados na rubrica «Notícias Estrangeiras» e que ultrapassam largamente as questões políticas e militares.

Assim, a nível de política interna, além das questões já mencionadas e que também marcavam presença na *Gazeta de Lisboa*, as «Notícias Estrangeiras» do *Diário de Lisboa* apresentam a transcrição de debates ocorridos nos parlamentos nacionais e dos discursos de líderes políticos de vários países, dando a conhecer aos seus leitores os problemas prementes do momento e o pensamento político de personalidades de relevância mundial. Este periódico noticia também a realização de atos e resultados eleitorais, a composição dos governos e parlamentos de alguns países, apresentando, por vezes, as suas propostas legislativas sobre as mais variadas questões.

No *Diário de Lisboa* de 1868, pela seleção de notícias publicadas, constata-se que alguns países começavam já a demonstrar uma clara preocupação com as questões relacionadas com a pobreza, a necessidade de combater o aparecimento de doenças através de uma melhoria das condições higiénico-sanitárias, a disponibilização de alimentos e medicamentos. Assinale-se, ainda, que na secção «Notícias Estrangeiras» do referido periódico são incluídas notícias do debate em torno da abolição da pena de morte, que em alguns países se ia fazendo, num momento em que Portugal já havia inscrito tal decisão na sua Lei Constitucional, após a reforma penal de 1867.

As questões económicas, financeiras, comerciais e profissionais assumiram também uma presença significativa nas «Notícias Estrangeiras» do *Diário de Lisboa*, com relatos de acordos comerciais e negócios feitos entre os Estados, havendo espaço para retratar a evolução ou as dificuldades das diversas economias, bem como a evolução das indústrias e os progressos técnico-profissionais.

⁵ Informação dada por Ricardo Rocha na comunicação intitulada «Da *Gazeta de Lisboa* ao *Diário da República*. Contributos para o conhecimento do jornal oficial do Estado português», apresentada no Seminário Internacional *Os Jornais Oficiais em Portugal e no Mundo. Da História Imprensa à Memória Digital*, em 26 de julho de 2019, no Porto.

O estudo realizado permite, assim, perceber que o jornal oficial do Estado português acompanhou a evolução da imprensa periódica nacional e internacional, evidenciando em 1868 uma maior preocupação com o estilo de escrita adotado, com a credibilização da informação veiculada através da identificação sistemática das fontes e com a atualidade das matérias noticiadas, beneficiando, neste ponto, da evolução técnica registada neste período.

Em síntese, pela significativa quantidade e diversidade de notícias internacionais publicadas, pelo teor das mesmas e pelo rigor das fontes consultadas, o jornal oficial do Estado português assume-se como uma importante fonte documental para a análise e compreensão do mundo no longo período de 150 anos que decorre entre a sua criação em 1715 até à supressão do noticiário internacional em finais de 1868, permitindo a sua leitura o acesso a conteúdos de periódicos estrangeiros entretanto desaparecidos, mas que hoje podem ser facilmente resgatados, inclusive por investigadores estrangeiros, através da plataforma *DIGIGOV – Diário do Governo Digital*.

Tendo em conta a relevância do jornal oficial do Estado português como fonte para o estudo da História das Relações Internacionais e dos diversos Estados e factos noticiados ao longo das suas edições, que julgamos ter ficado bem evidenciada no presente estudo, urge aprofundar questões como a sua inserção no panorama jornalístico nacional, numa perspetiva comparativa, percebendo com maior exaustividade a sua evolução no tempo, mormente no que concerne aos critérios de seleção dos países e das matérias noticiadas e das fontes utilizadas, o que pretendemos fazer em futuros trabalhos de investigação.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, 1. 43.

Fontes Hemerográficas

Diário de Lisboa. 1859 e 1867-1868. Disponível em: <<https://digigov.cepese.pt>>.

Gazeta de Lisboa. 17.8.1715-31.12.1716. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>>.

Notícias do Estado do Mundo. 10.8.1715. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>>.

Bibliografia

BELO, André, 2001 – *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BELO, André, 2004 – Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da *Gazeta de Lisboa*. *Horizontes Antropológicos*.10(22).

- BELO, André, 2005 – *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazette de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- BELO, André, 2018 – Discurso e leitura política da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760), in João Pedro Sousa (Org.) – *Notícias em Portugal – Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)*. Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa: 67-80.
- FONTES, Susana de Fátima Póvoa Alves, 2013 – *Gazeta de Lisboa: Estudo Informático-Linguístico*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- LISBOA, João Luís, 1988 – *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*. Florença. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D., 1972 – The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*. 36(2): 176-182.
- SOUSA, João Pedro (Org.), 2018 – *Notícias em Portugal – Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)*. Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, João Pedro, 2008 – *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>.
- SOUSA, João Pedro, 2017 – A imprensa portuguesa durante a monarquia: das origens a 1910, in João Pedro Sousa; Helena Lima; Antonio Hohlfeldt; Marialva Barbosa (Orgs.) – *Uma História da Imprensa Lusófona – Volume II – Portugal*. Porto: Editora Media XXI.
- TENGARRINHA, José, 2013 – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- VIEIRA, Júlio, 2001 – *O Jornalismo Setecentista. A Inglaterra e a Gazeta de Lisboa (1715-1720)*. Lisboa: Palas Editores, Lda.
- WHITE, David Manning, 1950 – The 'Gate Keeper': A Case Study in the Selection of News. *Journalism Quarterly*. 27(4): 383-390.